



SUMÁRIO

1.ª PARTE

DIREITO MATERIAL

Flávio Tartuce

1	O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	3
1.1.	Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica.....	3
1.2.	O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica.....	8
1.3.	O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes.....	14
1.4.	O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	21
2	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	23
2.1.	Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos.....	23
2.2.	Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990).....	26
2.3.	Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990).....	28
2.4.	Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990).....	31
2.5.	Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990).....	32
2.6.	Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação.....	36
2.7.	Princípio da função social do contrato.....	43
2.8.	Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990).....	50
2.9.	Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo.....	52
3	ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....	65
3.1.	A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral.....	65

3.2.	Os elementos subjetivos da relação de consumo	66
3.2.1.	O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i>	66
3.2.2.	O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i>	71
3.3.	Elementos objetivos da relação de consumo	90
3.3.1.	Produto	90
3.3.2.	Serviço.....	94
3.4.	Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo	108
3.4.1.	O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor	108
3.4.2.	Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor	111
3.4.3.	O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor.....	113
3.4.4.	A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana	115
3.4.5.	A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar	119
3.4.6.	Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo..	121
3.4.7.	As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990.....	123
3.4.8.	As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor.....	124
4	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	127
4.1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção.....	127
4.2.	Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	137
4.2.1.	As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade.....	137
4.2.2.	Responsabilidade civil pelo vício do produto.....	143
4.2.3.	Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito.....	159
4.2.4.	Responsabilidade civil pelo vício do serviço	166
4.2.5.	Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito.....	170
4.3.	O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil.....	180
4.4.	Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	190
4.4.1.	As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	190

4.4.2.	A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro	202
4.4.3.	A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor....	204
4.4.4.	O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista. Os eventos internos e externos e o risco do empreendimento.....	206
4.4.5.	Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor	219
4.5.	O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores	223
4.6.	A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor....	228
4.7.	A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i>	247
5	A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	253
5.1.	O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração	254
5.2.	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	265
5.3.	A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC).....	270
5.4.	A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva.....	281
5.4.1.	<i>Supressio e surrectio</i>	284
5.4.2.	<i>Tu quoque</i>	286
5.4.3.	<i>Exceptio doli</i>	288
5.4.4.	<i>Venire contra factum proprium</i>	288
5.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	291
5.5.	O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990)	295
5.6.	A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990.....	301
5.7.	As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências	305
5.7.1.	Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC)	306
5.7.2.	Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	307
5.7.3.	Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC).....	308
5.7.4.	Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC)	309

5.7.5.	Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC).....	315
5.7.6.	Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC).....	315
5.7.7.	Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC).....	318
5.7.8.	Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC).....	319
5.7.9.	Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC).....	320
5.7.10.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC).....	320
5.7.11.	Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC).....	322
5.7.12.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC).....	324
5.7.13.	Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC).....	324
5.7.14.	Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC).....	325
5.7.15.	Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC).....	327
5.8.	Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53).....	333
5.9.	O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. Purgação da mora e teoria do adimplemento substancial na alienação fiduciária em garantia de bens móveis.....	352
6	A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	365
6.1.	Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor.....	365
6.2.	A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990.....	367
6.3.	O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade.....	373
6.4.	A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta.....	379
6.5.	A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas.....	387

6.5.1.	A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC).....	389
6.5.2.	A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC)	389
6.5.3.	A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC). A publicidade comparativa.....	396
6.6.	O ônus da prova da veracidade da informação publicitária.....	402
7	O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	403
7.1.	Algumas palavras sobre o abuso de direito	404
7.2.	Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC	407
7.2.1.	Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC)	407
7.2.2.	Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC).....	414
7.2.3.	Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC).....	416
7.2.4.	Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC)	419
7.2.5.	Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC).....	421
7.2.6.	Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC)	426
7.2.7.	Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC)	427
7.2.8.	Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC)	428
7.2.9.	Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC)	429
7.2.10.	Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC).....	430
7.2.11.	Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC)	431

7.2.12.	Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC)	431
7.2.13.	Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo (art. 39, inc. XIII, do CDC)	431
7.3.	A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC)	432
7.4.	O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC)	433
7.5.	A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC)	445
8	BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES	455
8.1.	A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias	455
8.2.	O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial	461
8.2.1.	A inscrição ou registro do nome dos consumidores	462
8.2.2.	A retificação ou correção dos dados	464
8.2.3.	O cancelamento da inscrição	469
8.2.4.	A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação	472
8.2.5.	O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990	478
8.3.	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, e da Lei Complementar 166, de 8 de abril de 2019	480
9	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS	489

2.ª PARTE

DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

10	TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	505
10.1.	Introdução	505
10.2.	Meios de solução dos conflitos	507
10.2.1.	Introdução	507

10.2.2.	Jurisdição	508
10.2.3.	Equivalentes jurisdicionais.....	509
10.2.3.1.	Autotutela.....	510
10.2.3.2.	Autocomposição	511
10.2.3.3.	Mediação.....	513
10.2.3.4.	Conciliação e mediação no CPC/2015.....	514
10.2.3.4.1.	Introdução	514
10.2.3.4.2.	Centros Judiciários de solução consensual de conflitos	514
10.2.3.4.3.	Local físico da conciliação e mediação	515
10.2.3.4.4.	Conciliador e mediador	516
10.2.3.4.5.	Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	517
10.2.3.4.6.	Cadastros.....	522
10.2.3.4.7.	Remuneração do conciliador e do mediador	523
10.2.3.4.8.	Impedimento do conciliador e do mediador	524
10.2.3.4.9.	Causas de exclusão.....	524
10.2.3.4.10.	Solução consensual no âmbito administrativo.....	524
10.2.3.4.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais.....	525
10.2.3.5.	Arbitragem	525
10.2.3.5.1.	Generalidades	525
10.2.3.5.2.	Arbitragem na relação consumerista.....	527
10.3.	Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer	533
10.3.1.	Introdução	533
10.3.2.	Tutela jurisdicional	533
10.3.2.1.	Tutela jurisdicional específica.....	533
10.3.2.2.	Tutela inibitória	534
10.3.3.	Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC.....	536
10.3.3.1.	Introdução	536
10.3.3.2.	Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.....	536
10.3.3.3.	Conversão em perdas e danos	537
10.3.3.4.	Tutela de urgência	540
10.3.3.5.	Tutela da evidência.....	542
10.3.3.5.1.	Introdução	542
10.3.3.5.2.	Hipóteses de cabimento	543
10.3.3.6.	Atipicidade dos meios executivos.....	548

10.3.3.7.	Multa.....	552
10.3.3.7.1.	Introdução.....	552
10.3.3.7.2.	Valor da multa.....	553
10.3.3.7.3.	Beneficiado pela multa.....	553
10.3.3.7.4.	Fazenda Pública em juízo.....	554
10.3.3.7.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	555
10.3.3.7.6.	Exigibilidade da multa.....	558
10.3.3.7.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	561
10.4.	Competência.....	561
10.4.1.	Introdução.....	561
10.4.2.	Competência da Justiça.....	561
10.4.3.	Competência territorial.....	564
10.4.3.1.	Cláusula de eleição de foro.....	568
10.4.3.1.1.	Introdução.....	568
10.4.3.1.2.	Súmula 33 do STJ – vedação ao reconhecimento de ofício de incompetência relativa.....	568
10.4.3.1.3.	Flexibilização jurisprudencial à Súmula 33 do STJ.....	569
10.4.3.1.4.	O indevido condicionamento da declaração de nulidade de cláusula de eleição de foro e o reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	571
10.4.3.1.5.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro..	572
10.4.3.1.6.	A curiosa criação de uma preclusão judicial temporal.....	573
10.4.4.	Competência do juízo.....	574
10.5.	Intervenções de terceiros.....	575
10.5.1.	Introdução.....	575
10.5.2.	Denúnciação da lide.....	576
10.5.2.1.	Vedação legal.....	576
10.5.2.2.	Fundamentos da vedação legal.....	577
10.5.2.2.1.	Dilação do tempo de duração do processo em prejuízo ao consumidor.....	577
10.5.2.2.2.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide.....	580
10.5.2.2.3.	Abrangência da vedação legal.....	581
10.5.3.	Chamamento ao processo.....	583
10.5.3.1.	Introdução.....	583
10.5.3.2.	Espécie atípica de chamamento ao processo.....	584

10.5.3.3.	Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	586
10.5.3.4.	Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil.....	587
10.6.	Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	588
10.7.	Inversão do ônus da prova	593
10.7.1.	Ônus da prova	593
10.7.2.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	594
10.7.3.	Inversão do ônus da prova	596
10.7.3.1.	Inversão convencional.....	596
10.7.3.2.	Inversão legal.....	598
10.7.3.3.	Inversão judicial	599
10.7.3.3.1.	Requisitos para a inversão judicial.....	602
10.7.4.	Momento de inversão do ônus da prova	606
10.7.5.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	612
11	TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	615
11.1.	Introdução.....	615
11.1.1.	Tutela jurisdicional coletiva.....	615
11.1.2.	Origem da tutela jurisdicional coletiva	617
11.1.3.	Microsistema coletivo	619
11.1.4.	Marcos legislativos.....	623
11.2.	Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva.....	626
11.2.1.	Introdução	626
11.2.2.	Direitos ou interesses?.....	626
11.2.3.	Direito difuso.....	628
11.2.4.	Direito coletivo	630
11.2.5.	Direitos individuais homogêneos.....	632
11.2.6.	Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	637
11.2.7.	Direitos individuais indisponíveis	640
11.3.	Competência na tutela coletiva	642
11.3.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	642
11.3.2.	Competência absoluta do foro.....	645
11.3.3.	Dano local, regional e nacional.....	648
11.4.	Legitimidade.....	651
11.4.1.	Espécies de legitimidade.....	651
11.4.2.	Cidadão.....	653
11.4.3.	Ministério Público.....	655
11.4.4.	Pessoas jurídicas da Administração Pública.....	659

11.4.5.	Associação	661
11.4.5.1.	Introdução	661
11.4.5.2.	Constituição há pelo menos um ano	662
11.4.5.3.	Pertinência temática.....	665
11.4.5.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representantion</i>).....	665
11.4.5.4.1.	Introdução	665
11.4.5.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (sistema da <i>common law</i>).....	665
11.4.5.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>).....	666
11.4.5.4.4.	Situação atual no Brasil	668
11.4.5.4.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?	670
11.4.6.	Defensoria Pública.....	672
11.5.	Relação entre a ação coletiva e a individual	681
11.5.1.	Introdução	681
11.5.2.	Litispendência	681
11.5.3.	Conexão e continência.....	682
11.5.3.1.	Conceito	682
11.5.3.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão.....	684
11.5.3.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	686
11.5.3.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	688
11.5.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	690
11.5.4.	Suspensão do processo individual.....	692
11.5.5.	Extinção do mandado de segurança individual.....	694
11.6.	Coisa julgada	695
11.6.1.	Introdução	695
11.6.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	696
11.6.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	701
11.6.4.	Limitação territorial da coisa julgada.....	703
11.7.	Gratuidade.....	708
11.7.1.	Introdução	708
11.7.2.	Isenção de adiantamento	709
11.7.3.	Condenação em verbas de sucumbência	713
11.8.	Liquidação de sentença	717
11.8.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	717
11.8.2.	Natureza jurídica da liquidação.....	718
11.8.3.	Legitimidade ativa.....	719
11.8.4.	Competência.....	723

11.8.5.	Espécies de liquidação de sentença.....	725
11.8.6.	Direito difuso e coletivo	727
11.8.7.	Direito individual homogêneo.....	727
11.8.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo.....	728
11.9.	Execução	729
11.9.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença.....	729
11.9.1.1.	Execução por sub-rogação e indireta	730
11.9.1.2.	Prescrição.....	735
11.9.2.	Legitimidade ativa.....	738
11.9.3.	Direitos difusos e coletivos.....	740
11.9.4.	Direitos individuais homogêneos.....	740
11.9.4.1.	Introdução.....	740
11.9.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i>	741
11.9.4.3.	Legitimidade.....	745
11.9.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais.....	748
12	ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	751
12.1.	Introdução.....	751
12.2.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	751
12.3.	Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica.....	755
12.3.1.	Introdução	755
12.3.2.	Momento.....	756
12.3.3.	Procedimento.....	757
12.3.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	760
12.3.5.	Recorribilidade.....	763
12.4.	Desconsideração da personalidade jurídica de ofício.....	764
13	ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR.....	767
13.1.	Matérias de defesa	767
13.2.	Preclusão temporal.....	768
13.3.	Preclusão consumativa.....	772
13.4.	Objecões e natureza de ordem pública das normas consumeristas.....	773
14	HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR.....	777
14.1.	Introdução.....	777
14.2.	Direito à informação e <i>habeas data</i>	778
14.3.	Hipóteses de cabimento.....	779

14.3.1.	Introdução	779
14.3.2.	Direito à informação	779
14.3.3.	Direito à retificação de dados	780
14.3.4.	Anotação sobre dado verdadeiro	780
14.4.	Fase administrativa	781
14.4.1.	Interesse de agir	781
14.4.2.	Procedimento	782
14.4.2.1.	Fase pré-processual	782
14.4.2.2.	Fase processual.....	784
14.4.2.2.1.	Introdução	784
14.4.2.2.2.	Petição inicial	785
14.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	786
14.4.2.2.4.	Prestação de informações.....	787
14.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público?	788
14.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público	788
14.4.2.2.7.	Instrução	789
14.4.2.2.8.	Decisão	789
14.5.	Liminar	790
14.6.	Legitimidade.....	791
14.6.1.	Legitimidade ativa.....	791
14.6.2.	Legitimidade passiva.....	792
14.7.	Competência	793
14.8.	Recursos	794
BIBLIOGRAFIA	797